

DIVERGÊNCIA ABERTA

Em recurso à suspensão de multa da J&F, Gonet pede que caso vá a plenário para evitar Turma de Toffoli

DANIEL GULLINO
E MARIANA MUNIZ
@daniegullino @mariamuniz

Ao apresentar um recurso contra a anulação da multa bilionária prevista no acordo de leniência da J&F, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, fez críticas à decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli, autor do despacho, e argumentou que o processo deve ser analisado pelo plenário da Corte, o que pode representar uma derrota para o magistrado. A tendência, contudo, é que o caso vá para a Segunda Turma, que ao longo dos últimos anos impôs uma série de reverses à Operação Lava-Jato.

Na peça apresentada ao tribunal, Gonet alega que o processo em questão não guarda relação com a Lava-Jato, mas com outra operação, a Greenfield e, portanto, deveria passar à relatoria de um outro ministro. O entendimento, porém, enfrenta resistências no Supremo.

"Não é dado à empresa invocar o contexto das ilegalidades verificadas pelo STF na Operação Lava-Jato para se isentar das suas obrigações financeiras decorrentes de acordo de leniência celebrado em juízo diverso, no âmbito da Operação Greenfield", pontuou Gonet.

"ARGUMENTO SUPERADO"

Um dos argumentos que fazem com que a decisão de Toffoli sustente a conexão entre a Lava-Jato e a Greenfield está no fato de que o nome da Lava-Jato é mencionado na primeira página do acordo de leniência da J&F. Por isso, a alegada ausência de prevenção de Toffoli para o caso, defendida pela PGR, é vista por integrantes do STF como um argumento já superado.

O procurador-geral também afirma que a decisão do ministro pode causar um "grave risco ao sistema previdenciário complementar brasileiro". Segundo o procurador-geral da República, caso prevaleça o entendimento, haverá um "vultoso prejuízo" a dois fundos de pensão: a Funcef, da Caixa Econômica Federal, e a Petros, da Petrobras. Isso porque cada um desses dois institutos receberia cerca de R\$ 2 bilhões, do total de R\$ 10,3 bilhões da multa.

Em outro trecho, o PGR sustenta que não há provas de que o acordo de leniência foi fechado por meio de coação contra os donos da empresa, os irmãos Joesley e Wesley Batista. Ao suspender o pagamento da multa, o relator afirmou que "há no mínimo dúvida razoável sobre o requisito da voluntariedade da requerente ao firmar o acordo".

"Não há como, de pronto, deduzir que o acordo entabulado esteja intrinsecamente viciado a partir de ilações e conjecturas abstratas sobre coação e vício da autonomia da vontade negociada — argu-



Sustentação. Gonet alega que o processo em questão não guarda relação com a Lava-Jato, e sim com a Operação Greenfield e deveria passar para outro ministro

PROCESSO DE DESMONTE



da "ADPF das leniências", ação mencionada por Gonet em seu recurso. O PGR pediu a Toffoli para que o seu recurso seja julgado em conjunto com essa outra ação, que já tramita no plenário da Corte.

Em um eventual julgamento pela Segunda Turma, por exemplo, Mendonça poderá, em uma questão de ordem, apontar a semelhança dos casos e pedir que as matérias sejam julgadas pelo conjunto dos 11 ministros. Ou pode pedir vista do processo e fazer com que os dois casos sejam julgados juntos no plenário.

Nessa hipótese, a correlação de forças é diferente, e pode impor um revés a Toffoli. A avaliação nos bastidores é de que entre os 11 ministros, mesmo com Flávio Dino entre eles, há maioria de votos para reformar a decisão do colega e manter a aplicação das multas impostas à empresa. Uma eventual declaração de impedimento de Cristiano Zanin, autor da ação inicial, não é descartada.

AGU: OUTRO ACORDO

Toffoli também atendeu a pedido da Odebrecht/Novonor e suspendeu o pagamento de R\$ 3,8 bilhões de seu acordo de leniência firmado com a Lava-Jato. Em parecer encaminhado ao ministro, a Advocacia-Geral da União (AGU) afirma que essa decisão não vale para acordos celebrados entre a empresa, a AGU e a Controladoria-Geral da União (CGU). O valor total da leniência firmada entre a Odebrecht, a CGU e a AGU em 2018 foi de R\$ 2,7 bilhões. Com correção pela taxa Selic, esse valor pode chegar a R\$ 6,8 bilhões ao final do prazo.

"Assim sendo, conclui-se no sentido de que a determinação de suspensão das obrigações pecuniárias alcançou apenas aquelas decorrentes do acordo de leniência celebrado entre a empresa Novonor S.A. e Ministério Público Federal, conforme deduzido na própria petição apresentada pela empresa requerente", diz o parecer da AGU.

Como mostrou a colunista Malu Gaspar, do GLOBO, Toffoli ignorou um parecer da PGR ao determinar que fossem enviados à Corte documentos do acordo de leniência da J&F para investigar a atuação da ONG Transparência Internacional.

Em parecer de 18 de outubro de 2023, a então procuradora-geral da República, Elizeta Ramos, foi contra o envio ao STF do pedido apresentado pelo deputado Rui Falcão (PT-SP) para apurar a suposta "obscureza" nas relações entre o MPF e a Transparência Internacional.

Na peça, ele destacou que o pedido de Falcão tratava do acordo de leniência da J&F firmado no âmbito da Greenfield, e não na reclamação que está sob a relatoria de Toffoli e trata do caso Odebrecht.

EDITORIA DE ARTE

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política **Página:** 4